

janeiro de 2012

## **Do risco à segurança; ou como desnaturalizar o medo**

*Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico [...]: o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini — que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas —, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora.*

FOUCAULT, Michel. *Introdução à vida não fascista*. in *O Anti-Édipo* — DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. São Paulo, editora 34, 2010.

Desde os recentes acontecimentos na USP (convênio e entrada da polícia militar no espaço universitário e suas subseqüentes atuações ostensivas) muito se tem discutido — como se deve, de fato, discutir, visto que estamos numa comunidade com a pretensão de ser força pensadora da realidade — sobre os enlaces entre o espaço de pretensa liberdade da universidade pública e o método de vigília do aparato repressivo. Frequentemente levanta-se questões como a legitimidade da democracia representativa, a força e efetividade da atuação estudantil e a natureza autoritária da polícia. Todas questões importantes no contexto; no entanto, pouco se tem voltado o pensamento crítico sobre uma de papel central nestes conflitos: a segurança. Pelo contrário, tende-se a tomar a necessidade de segurança como ponto de partida. Poucos se põem a problematizar o significado desta como imperativo, ou seja, se põem a deixar de aceitar a segurança como simplesmente natural, necessária e boa para todos. Devemos, sim, desconfiar da própria necessidade ou possibilidade de segurança, e a universidade é historicamente o lugar adequado para isso. Devemos pensar este imperativo ainda com mais pujança quando, sob o seu brandir implacável, uns atacam o próprio direito de pensá-lo. Devemos pensar a segurança como forma de desnaturalizá-la e, deste modo, lutar contra investidas autoritárias que os discursos que a carregam como essencial sustentam. Caso contrário aceitamos que há coisas que não devem ou não podem ser pensadas.

A fim de discutir a constituição histórica da necessidade de segurança que vivemos, tomemos o conceito de risco desenvolvido por Paulo Vaz, a partir da obra de Foucault. Após os eventos de 68, e como resposta à eles, este último lançou os

elementos que constituíram a narrativa de uma sociedade disciplinar, que operava os sujeitos através do conceito de norma. Incorria perceber que a divisão entre normais e anormais pressupunha a teleologia de unificar o corpo social na classe mais desejável, ou seja, era necessário transformar os anormais em normais (doentes em sãos, ignorantes em esclarecidos, contraventores em cidadãos de boa conduta). Para isso eram inventadas e mantidas instituições sociais, nos seus diversos desdobramentos: escolas, conventos, fábricas, hospitais e prisões. Operavam os discursos da transformação dos sujeitos dentro do modelo da norma.

Paulo Vaz declara, por sua vez, a distância entre esta sociedade descrita por Foucault e o presente momento. Utilizando o princípio da raridade discursiva — postura filosófica que toma o pensamento presente como único no tempo e ocasião, visando evitar o reconhecimento, típico das ciências, do próprio pensamento se repetindo em discursos distantes historicamente, que de maneira nenhuma compartilham qualquer parcela de contexto — analisa as narrativas correntes na sociedade contemporânea, constituindo uma genealogia da transformação da norma no risco, elemento decisivo nas relações sociais e cuidado de si. Risco que apresenta-se como perigo eminente, fantasmagórico, e não vem desacompanhado de um imperativo de operar estes perigos potenciais para que as probabilidades de virem a acontecer no futuro sejam diminuídas. Se, anteriormente, admitíamos apenas as classes dos doentes e dos saudáveis, hoje se entende que todos são meio-doentes, porque ninguém tem risco zero de vir a desenvolver uma doença no futuro. Se a norma elegia o presente como tempo de diagnóstico e o futuro como tempo de mudança, o risco, por sua vez, vê o futuro como tempo perfeitamente cognoscível e o presente como tempo de ação; exigindo que nos privemos de prazeres hoje para que o nosso futuro individual tenha cada vez menos chances probabilísticas de oferecer sofrimento. O esforço de evitar o indesejável está embutido na ideia do risco: os monstros de hoje são aqueles que não desejam sacrificar seu presente para aquietar a implacável medida das potencialidades. E as ferramentas da matemática estatística revestem esse discurso com uma autoridade científica que torna qualquer crítica uma tarefa temível.

É claro que tais esforços de previsão nem sempre são bem-sucedidos, deterministicamente. No entanto, o triunfo das narrativas probabilísticas sobre o futuro é que elas oferecem espaço teórico para o seu próprio erro, apenas reservando-se o

direito de nunca declarar nada “cem-por-cento”. Se o que se previu não se concretiza, salva-se o modelo da estatística ao declarar que o acontecido sempre foi considerado possível, embora improvável, e que tivemos a fortuna de presenciar o meio-porcento acontecer. Desta forma a narrativa estatística foi capaz de extrapolar o conceito de risco para diversos campos sociais distintos. Na medicina, devemos nos prevenir contra doenças fantasmas: devemos estar em constante vigília do que comemos para reduzir o risco de diabetes, devemos nos exercitar para reduzir o risco virtual de doenças cardíacas, e fazer exames rotineiros contra o risco hereditário do câncer. Nos aeroportos, devemos permitir procedimentos invasivos de revista, para reduzir o risco de algum passageiro, portando um objeto qualquer que pode ser usado como arma, resolver derrubar o avião por qualquer motivo. Nas cidades, aceitamos condutas arbitrárias e violentas das corporações policiais contra populações mais pobres, porque acreditamos que o risco que tais populações nos oferece é enorme. Em diversas frentes estamos passando a privar-nos de prazeres ou a aceitar situações desconfortáveis, em nome de perigos fantasmas que, mesmo enfrentando o máximo de nossos esforços de prevenção, continuam vivos — podem acontecer a qualquer momento.

A partir, então, da constituição do risco como maior mal possível (como, de fato, inimigo público), começa a tomar forma o conceito de segurança. Não como seu oposto total, mas como uma espécie de tolerância aos perigos potenciais, que cresce quando estes são menores; mesmo assim nunca é plena, visto que o risco está sempre presente, ainda que como fantasma espreitando cada ação. Assim alcançamos uma contextualização de segurança que não é de nenhuma maneira um estado natural, romântico: aquilo que havia antes da violência ou da perda da inocência. É definitivamente dependente do conceito de risco e do medo das potencialidades indesejáveis. E não produz nada além de patrocinar ação efetiva, ou seja, uma ação que não é potencial como o risco que combate, não acontece somente se aquela potencialidade vir a se confirmar. Visa ter algum controle sobre os *vir-a-ser* indesejáveis, e assim se coloca como justificativa para atuações plenamente concretas. Em nome da segurança, justifica-se o uso da violência que a própria segurança deseja evitar. Em outras palavras, a segurança não é a ausência de violência, mas o grande aparato discursivo para legitimar uma violência específica: contra os corpos de indivíduos indesejáveis, a favor de uma parcela que considera-se monopólio da conduta correta.

Após breve crítica destes discursos que orbitam a questão de segurança — ainda que uma crítica neste sentido continue guardando imenso potencial de desenvolvimento e possibilidades — vale voltarmos novamente o pensamento para o caso da USP. Mais do que uma instância da abrangência destes imperativos, o caso mostra uma especificidade notável: ao contrário da maioria das vezes, na universidade a ação autoritária justificada pela segurança encontra resistência incomum: organizada, inteligente, contestadora e, talvez mais importante, vinda de uma organização acostumada a produzir verdade. Ainda que poucos vejam a necessidade de colocar-se contra o conceito de segurança como discurso de legitimação, muitos, se não a maioria, se opõe veementemente a um estado de vigilância total e uma atuação truculenta. Uma resistência que parece lembrar, quem ainda tem esta sensibilidade, de uma idéia de vida pública que está muito enfraquecida: vai-se às ruas, grita-se, mostra-se as caras, como coletivo ainda, num mundo que não vê mais motivo para coletivos.

Prontamente ouvimos a réplica de setores tipicamente conservadores. Suas vozes são notadamente claras; no Brasil, poucas foram as ocasiões em que a grande mídia deixou escapar a oportunidade de usar seu grande poder para conquistar e reforçar os interesses dos seus controladores. Os grandes e pequenos jornalistas não têm pudor ao reduzir o conflito à uma questão meramente legalista, reforçando a idéia de que infratores têm de ser punidos de qualquer maneira, qualquer que seja a infração; e que contestação nada mais é que baderna. Se encarregam de enterrar a defunta política. Estudantes universitários, outrora imputados com a responsabilidade de mostrar os defeitos das rotinas e apontar novos caminhos, passam a ser vistos como meros profissionais em treinamento, com o dever de “estudar”, no sentido de formatar-se para um mercado que toma para si a responsabilidade de decidir os rumos das vidas dos homens. Por mais que os defensores de um *economismo* contemporâneo se denominem liberais, ou neoliberais, não se incomodam (pelo contrário, apoiam, de maneira às vezes muito agressiva) em ver uma ação policial que objetiva calar grupos que simplesmente discordam das suas designações. Não é alarmista desconfiar de um novo fascismo em ascensão: um fascismo de mercado, no qual você é obrigado a ser livre; livre para escolher entre um punhado de marcas.

Para os estudantes, professores, funcionários, e quem mais faz parte da comunidade universitária, restam poucas certezas e algumas possibilidades de atuação

política. Muitos reduzem o problema a assunto de bar: pressionados pelas verdades dos mercados, desejam para si a vida da boa conduta que só o trabalho oferece; e, dependendo da legitimação oferecida pela universidade conjurada sob a forma de diploma, esvaziam movimentos que exigem mais esforço ao se deparar com a primeira ameaça de atraso dos seus processos institucionais. Os poucos estudantes, professores e funcionários que reconhecem a urgência destes assuntos, se entregam a uma vida de militância que rapidamente é estigmatizada sob a acusação de baderna sem motivo. São igualados aos sem-terra, aos sem-teto, como simples contraventores e, todos ao mesmo tempo, passa-se a considerar crime os movimentos sociais. A quem acompanha todo o processo com uma certa calma meio analítica (e talvez um pouco cínica, como se nada daquilo diz respeito às nossas vidas), resta uma pequena certeza de que o conflito não tem apenas uma face. Levanta-se bandeiras de todas as cores no meio da confusão, e no meio delas ganha força o grito “fora PM!” como síntese, cúmulo ou essência de todas as reivindicações. Coloca-se, muito oportunamente, a questão: até quando vamos continuar selecionando os indivíduos mais violentos da sociedade, dando-lhes armas, disciplina e ordem; para que ajam contra os corpos dos indivíduos que uma minoria privilegiada considera indesejáveis?

Se há uma resposta para esta pergunta, não é com balas de borracha que vamos alcançá-la.

### **Referências:**

VAZ, Paulo. *Risco e justiça* in CALOMENI, Teresa Cristina B. (org.) — *Michel Foucault, entre o murmúrio e a palavra* — Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, pp 101-131.

VAZ, Paulo. *Um corpo com futuro* in PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo. (org.) — *O trabalho da multidão* — Rio de Janeiro: Gryphus, 2002, v. 1, p. 121-146.